

DECISÃO N° 1449396, DE 13 DE MAIO DE 2021

Processo nº 25752.262668/2016-45

AI5 nº 2151710160 - PP-RIO DE JANEIRO-RJ

Autuada: PIER MAUÁ S.A

A empresa **PIER MAUÁ S.A** foi autuada em 01/08/2016 por prestar serviço de abastecimento de água potável para a embarcação Silver Cloud sem possuir Autorização de Funcionamento de Empresa - AFE, conduta que infringe a legislação sanitária, estando tipificada na Lei nº 6.437/77, conforme descrito no Auto de Infração Sanitária em epígrafe.

Notificada da autuação em 19/04/2017 (fls. 26), a Autuada apresentou sua defesa e documentos tempestivamente (fls. 27/35), alegando, em suma, que se comprometeu em disponibilizar a área do Terminal de Cruzeiros do Rio de Janeiro para utilização exclusiva dos comitês organizadores dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos nas Olimpíadas de 2016, e quando faltavam aproximadamente 6 (seis) meses para o início dos jogos assumiu a execução dos projetos, dando início aos pedidos das Autorizações de Funcionamento de empresa para prestar serviço de interesse sanitário, havendo alguns contratemplos para a devida legalização. Requer que a prestação de serviços efetuada seja considerada como de interesse público, por se tratar de evento internacional diretamente ligado à imagem do Brasil. Solicita a desconstituição do AIS, ou caso suas razões não sejam acatadas, que seja aplicada a pena de advertência. Às fls. 39/40 complementa sua defesa, informando que diante das exigências existentes nos processos de AFE protocolados pela Autuada, em reunião com a ANVISA foi demonstrada grande preocupação relacionada à possibilidade de ser prejudicado o abastecimento de água e a retirada de esgoto das embarcações, tendo prioridade em seus processos na Agência.

A área autuante, seguindo o preceito do art. 22, §2º, da Lei nº 6.437/77, manifestou-se em 08/05/2017 pela manutenção do AIS, argumentando que a Autuada estava irregular na ANVISA no tocante à Autorização de Funcionamento, por deixar de apresentar material documental completo exigido

na RDC nº 345/2002 para a concessão da AFE, embora orientada em tempo hábil (fls. 36/37). O risco sanitário da infração foi classificado como baixo, tendo em vista suas consequências para a saúde pública (fls. 46).

Inicialmente, analisando os autos, observo, salvo melhor juízo, que até o presente momento não ocorreu a prescrição em âmbito administrativo, conforme disciplina da Lei nº 9.873/99.

Ademais, quanto à autuação, entendo que foram observados os princípios administrativos, inclusive os da ampla defesa e do contraditório, bem como os requisitos de validade do art. 13 da Lei nº 6.437/77.

No mérito, corroboro o entendimento da área autuante no sentido da manutenção do AIS, considerando os documentos de fls. 03, 07/08 e 16/17, que comprovam a autoria e materialidade da infração sanitária. Ao fazê-lo, a Autuada descumpriu os dispositivos apontados no AIS.

De acordo com o art. 2º, inciso III, da RDC nº 345/2002, ficam sujeitas à obtenção de Autorização de Funcionamento as empresas que prestem serviços de abastecimento de água potável para consumo humano de bordo de veículos terrestres que operem transporte coletivo internacional de passageiros, aeronaves e embarcações. Significa dizer que a Autuada, que exerce atividades sujeitas à vigilância sanitária, só pode realizá-las mediante a prévia obtenção de AFE concedida pela Anvisa, sob pena de transgressão às normas acima referidas. A simples protocolização do pedido não autoriza a efetuar os serviços.

Ressalta-se que a concessão de autorização de funcionamento permite a verificação das condições de funcionamento do serviço, da comprovação de capacidade técnica-operacional além da regularidade formal pela autoridade sanitária.

Isto posto, passo à dosimetria da pena.

Para tanto, determina a Lei nº 6.437/77, que para a penalidade de multa se considere o risco sanitário da conduta infracional, os antecedentes da autuada quanto a anteriores condenações por infrações sanitárias e a sua capacidade econômica, nos termos dos arts. 6º, II e III, e 2º, §3º, respectivamente. Ademais, o art. 6º, I, dispõe que igualmente se levem em conta eventuais circunstâncias atenuantes e

agravantes, conforme previsto nos arts. 7º e 8º da mesma Lei.

No caso em análise, a empresa está classificada como Grande Porte - Grupo I (fls. 49), é primária no que se refere a anteriores condenações por infrações sanitárias (fls. 43) e praticou conduta cujo risco sanitário foi classificado como baixo pela área autuante (fls. 46).

Observados os pressupostos dos arts. 7º e 8º da Lei nº 6.437/77, inexistem nos autos circunstâncias outras que possam ser consideradas como atenuantes ou agravantes, motivo pelo qual a infração será classificada como leve no que se refere ao valor da multa, de acordo com a regra do art. 4º, I, c/c art. 2º, § 1º, I, da Lei nº 6.437/77.

Assim, considerado o porte econômico da empresa e o risco sanitário da infração cometida, a aplicação do valor mínimo não se prestaria à finalidade de desestimular novas práticas irregulares, pois pouco refletiria como penalidade financeira. Em outros dizeres, é preciso que haja algum impacto financeiro suficiente para desestimular novas condutas, mas o valor aplicado também não pode se exceder a ponto de impactar mais que o mínimo necessário para esse desestímulo.

Diante do exposto, julgo procedente a autuação e, com fundamento nos pareceres que me antecedem, a teor do que permite o art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/99, **mantenho o Auto de Infração Sanitária em epígrafe e aplico à Autuada a penalidade de multa no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).**

Publique-se no Diário Oficial da União e dê-se ciência à Autuada.

Yuriê Lopes Ponte de Oliveira

Autoridade Julgadora - Portaria nº 516, de 9 de julho de 2020

Coordenação de Análise e Julgamento das Infrações Sanitárias

CAJIS/DIRE-4/ANVISA



Documento assinado eletronicamente por **Yurie Lopes Ponte, Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária**, em 13/05/2021, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8539.htm.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.anvisa.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **1449396** e o código CRC **887610D7**.
